



CONEXÃO EDUCACIONAL

Educação e letramento

ORGANIZADORA:
BETIJANE SOARES DE BARROS

VOLUME
V

ΦΦilhos

A coleção "Conexão Educacional" tem por finalidade colocar à disposição de professores, estudantes e interessados de diversas áreas, textos que coloquem em evidência questões referentes à educação, no seu contexto de realidade.

ISBN 978-855296244-1



Φ *Phillos*
www.editoraphillos.com



CONEXÃO EDUCACIONAL

Educação e letramento

VOLUME V

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. María Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshta

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguay)

BETIJANE SOARES DE BARROS (ORG.)

CONEXÃO EDUCACIONAL

Educação e letramento

VOLUME V

Goiânia-GO
2018

Editora
Philos

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank

DIAGRAMAÇÃO: Jeamerson de Oliveira

DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira / Willames Frank

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2017 Editora PHILLOS

Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.

Goiânia- GO

www.editoraphillos.com

editoraphillos@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S79p

BARROS, Betijane Soares de

Conexão Educacional: Educação e letramento. (Volume V). [recurso eletrônico] / Betijane Soares de Barros. – Goiânia, GO: Editora Phillos, 2018.

ISBN: 978-85-52962-44-1

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Educação. 2. Filosofia da Educação. 3. Pedagogia.

4. Aprendizagem. 5. Ensino. I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

Educação 370

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	
DIREITO A EDUCAÇÃO, POLÍTICA PÚBLICA E	
SAÚDE	08
Betijane Soares de Barros	
Maria das Dores Soares Silva	
CAPÍTULO II.....	
DIFÍCULDADE DE APRENDIZAGEM NO	
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E	
LETRAMENTO	23
Maria José Costa Toledo	
CAPÍTULO III.....	
LETRAMENTO E O PAPEL DO PROFESSOR NO	
AMBIENTE ESCOLAR	37
Adriana Cavalcante da Silva Lessa	
CAPÍTULO IV.....	
LETRAMENTO: PROCESSO NECESSÁRIO E	
DESAFIADOR NOS DIAS ATUAIS E A FUNÇÃO	
DO PROFESSOR NESTE CONTEXTO	52
Laura Costa Azevedo	
CAPÍTULO V.....	
O LETRAMENTO A PARTIR DE UMA	
ABORDAGEM COM O PROCESSO DE	
ESCOLARIZAÇÃO	64
Maria José Dias da Silva	

CAPÍTULO I

DIREITO A EDUCAÇÃO, POLÍTICA PÚBLICA E SAÚDE

Betijane Soares de Barros¹

Maria das Dores Soares Silva²

1 INTRODUÇÃO

Este artigo contém uma reflexão sobre o direito e os seus diversos campos. Decorre de preocupações éticas e políticas que surgem e se intensificam em face das propostas para os setores a que vêm sendo traçado ao longo dos tempos. Os esforços investigativos permitiram reconhecer os pressupostos ideológicos, políticos, sociais e econômicos que orientam as propostas de transformações dos setores no final do século XX.

Frente a esse quadro é importante pensar os significados que estão sendo atribuídos crescentemente ao direito, em um cenário em que os arranjos entre o setor público e o setor privado nem sempre são pautados em uma racionalidade ética inclusiva, onde a miserabilidade e as situações denominadas de vulnerabilidade social definem o

¹ Doutora em Ciências da Educação; Mestra em Ciências da Saúde; Especialista em Ciências Biológica; Graduada em Ciências Biológica. E-mail: bj-sb@hotmail.com

² Mestre em Ciências da Educação, Especialista em Psicopedagogia Internacional e Graduada em Pedagogia

objeto privilegiado das políticas sociais. Observa-se o reenquadramento da sociedade civil como parceira do poder público, perdendo esta seu papel político de controle social e “identificando-se a naturalização da desigualdade”. A retomada do debate ao articular direito e reformas pode contribuir para iluminar ações que, a médios e longos prazos, possam reverter o cenário atual. Nesse sentido, o texto pretende rever as visões teórico-políticas sobre o direito e seus diversos setores destacando a sua paulatina fragilização diante das atuais propostas de reforma.

O direito é um desses espaços que não perderam e nem perderão sua atualidade. Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos. O contorno legal indica os direitos, os deveres, as proibições, as possibilidades e os limites de atuação, enfim: regras. Tudo isso possui enorme impacto no cotidiano das pessoas, mesmo que nem sempre elas estejam conscientes de todas as suas implicações e consequências.

2 DIREITO

Apesar da existência milenar do direito nas sociedades humanas e de sua estreita relação com a civilização (costuma-se dizer que "onde está a sociedade, ali está o direito"). O Direito é a ciência que estuda e representa as normas jurídicas vigentes em um país. Normas estas que representam a cultura e os costumes de seu povo dentro do seu território, determinando o comportamento adequado e exigível de cada cidadão. Desta forma, Direito é o conjunto de normas jurídicas que visa organizar as relações

entre os indivíduos na sociedade com o objetivo de dirimir os conflitos de interesses e a trazer a segurança e a paz social (Ferraz, 1988).

O Direito, didaticamente, é dividido em dois grandes ramos: o Direito Público e o Direito Privado. O Direito Público divide-se em: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito Processual, Direito Penal, entre outros. E, podemos citar, como principais ramos do Direito Privado: o Direito civil, o Direito comercial e empresarial e o Direito do Trabalho.

Assim, o Direito (*latu sensu*) é as normas jurídicas que disciplinam o comportamento dos indivíduos de uma determinada sociedade, em um determinado território e em um determinado tempo. As normas jurídicas são direitos (*strictu sensu*) e obrigações impostas a estes indivíduos que trazem segurança jurídica para a sociedade. Deste modo, temos como direitos: o direito à vida, à igualdade, à liberdade, à saúde, à educação e etc; e como as obrigações: a obrigação de agir de boa-fé, de não matar, de não lesionar, não causar dano a outrem, entre outros (Glenn, H. Patrick, 2000).

No ordenamento jurídico pátrio atual, cabe destacar a nossa Constituição Federal – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que traz em seu bojo o rol, exemplificativo, de direitos e garantias fundamentais, bem como, obrigações para o Estado perante os cidadãos e para os cidadãos perante o Estado e a sociedade. Dentre este rol de direitos fundamentais encontra-se o direito fundamental à saúde, à educação e as políticas públicas para o fomento

desses direitos (arts. 196 ao 200 e arts. 205 ao 214, CR/1988), (David, 1993).

2.1 Direito a educação

O direito à educação, como direito declarado em lei, é recente e remonta ao final do século XIX e início do século XX. Mas seria pouco realista considerá-lo independente do jogo das forças sociais em conflito. Tanto a ampliação dos direitos civis e políticos como a inserção de direitos sociais não são apenas uma estratégia das classes dirigentes que aí teriam descoberto, na solução coletiva, diversas vantagens que o anterior sistema de autoproteção não continha.

Esses direitos são também um produto dos processos sociais levados adiante pelos segmentos da classe trabalhadora, que viram nele um meio de participação na vida econômica, social e política. Algumas tendências afirmam a educação como um momento de reforma social em cujo horizonte estaria a sociedade socialista. Para outras tendências, a educação, própria da classe operária e conduzida por ela, indicava uma contestação da sociedade capitalista e antecipação da nova sociedade.

A história da classe trabalhadora, contada por vários historiadores como E.P. Thompson ou Eric Hobsbawm, aponta que a educação se apresentava como uma bandeira de luta de vários partidos, movimentos radicais populares e de vários programas políticos de governo. O movimento societário em prol dos direitos do homem, escreve que na defesa destes se incluíam “um direito à parcela do produto. Proporcional aos lucros do patrão e o direito à educação, pela

qual o filho do trabalhador poderia ascender ao nível mais elevado da sociedade" (Thompson, 1987).

Muitas tendências dos diferentes partidos socialistas que se formaram ao longo do século XIX e início do século XX, desejosos de transformações sociais radicais pelo caminho de maioria eleitorais, não só lutaram pela escola primária gratuita e obrigatória como também pela sua extensão a níveis mais elevados. Do direito nascem prerrogativas próprias das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar de algo que lhes pertence como tal. Estamos diante de uma proclamação legal e conceitual bastante avançada, mormente diante da dramática situação que um passado de omissão legou ao presente (Przeworski, 1989).

Do dever, dever de Estado, nascem obrigações que devem ser respeitadas tanto da parte de quem tem a responsabilidade de efetivá-las, como os poderes constituídos, quanto da colaboração vinda da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações. A educação escolar, pois, é erigida em bem público, de caráter próprio, por ser ela em si cidadã. E por implicar a cidadania no seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também a educação infantil um direito, a educação básica é dever do Estado.

E como se trata de um direito juridicamente protegido, em especial como direito público subjetivo no âmbito do ensino fundamental, é preciso que ele seja garantido e cercado de todas as condições (Cury, 2002).

2.2 Direito e Política Pública

A proposta de uma política pública de Agentes Comunitários de Justiça pretende superar o ideal moderno de um Estado neutro em termos de projeto de vida boa para a sociedade, pela promoção do processo de especificação do sujeito de direitos calcada na participação social, ou seja, no pluralismo social como condição de reconhecimento do pluralismo jurídico. Nesse sentido, nossa proposta é a de que outras organizações defensoras de direitos humanos de outros segmentos como homossexuais, crianças e adolescentes, negros e índios, portadores de deficiência, portadores de HIV, meio ambiente, entre outros, venham a ser treinadas em metodologia de capacitação legal, como a desenvolvida e sistematizada pela Themis. O objetivo é que sejam sensibilizadas para entender a dimensão do uso político do Direito para transformação da sociedade (a partir do conceito de *advocacy* 3 e dos três componentes do sistema legal: conteúdo, estrutura e cultura do Direito) e venham a capacitar seus próprios Agentes Comunitários(as) de Justiça (Margaret, 1995).

Os agentes serão capacitados para atuarem na base da sociedade contra o déficit de cidadania e proteção integral dos direitos humanos em atividades de defesa, prevenção e promoção que estimulem a consciência do direito a ter direitos, bem como a visibilidade, o encaminhamento e a reparação das violações, inclusive junto aos sistemas regional e internacional de proteção aos Direitos Humanos.

As organizações da sociedade civil que capacitarão seus agentes para atuar na defesa, promoção e prevenção de

violação de direitos, na perspectiva da implementação e da garantia de direitos de todos (as), funcionarão como esferas distributivas de justiça, a partir da disputa de valores e interesses que representam (Barzotto, 2003).

A perspectiva é entender o novo papel de cooperação entre cada um dos atores, públicos e privados, nesta nova ordem. A Constituição, como é sabido, ao descrever os objetivos da república brasileira, o faz utilizando disposições normativas cheias de verbos no infinitivo: “construir uma sociedade mais justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, promover o bem de todos sem preconceitos e discriminação”, oferecendo a exata dimensão de um processo permanente de construção e da inegável e obrigatória participação das instituições do Estado, da sociedade e do mercado, em cooperação, para se chegar aos sonhados resultados (Walzer, 1993).

O como se ver Segurança Cidadã defende um modo de ver e falar sobre multidisciplinar para fazer frente à natureza da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc. (FREIRE, 2009).

2.3 Direito a saúde

A saúde constitui um direito social básico para as condições de cidadania da população brasileira. Um país somente pode ser denominado “desenvolvido” se seus cidadãos forem saudáveis, o que depende tanto da organização e do funcionamento do sistema de saúde quanto das condições gerais de vida associadas ao modelo de desenvolvimento vigente.

A caracterização da saúde como direito fundamental está prevista na Constituição Federal de 1988, sendo que esta previsão ocorreu pela primeira vez na história constitucional brasileira (Almeida, 1998).

A saúde consta como um dos direitos sociais reconhecidos no art. 6º, o qual abre o Capítulo II (“Dos Direitos Sociais”) do Título II (“Dos Direitos Fundamentais”) da Carta Magna. Além disso, o art. 196 define a saúde como “*direito de todos e dever do Estado*”.

Toda a sociedade precisa viver dignamente e o Estado tem papel primordial no cumprimento deste princípio constitucional tão importante. Sendo certo que, o direito à saúde integra o direito à vida, com o desígnio de proporcionar a cada cidadão o garantismo estatal da dignidade da pessoa humana.

No Brasil um sistema de saúde universal, integral e equânime, o Estado deve ter um papel decisivo na articulação das duas dimensões da saúde: a social e a econômica. Para que se possa obter um processo *Produtivo da Saúde: inovação e complexo econômico-industrial*.

Mas não é só isso: afeta sobremaneira a capacidade de resposta às necessidades sanitárias da população. “A produtividade na saúde deve ter um padrão de desenvolvimento que articule, ao mesmo tempo, o dinamismo econômico com os direitos sociais e a conformação de um Estado de bem-estar no Brasil” (Telles,1994).

2.3.1 O campo jurídico no debate do direito à saúde

Na perspectiva das instituições e respectivas mediações, os direitos sociais, e especialmente o direito à saúde, se relaciona à teoria do direito. Direito entendido em dois sentidos atribuídos por Dallari & Fortes 31 (p. 188), apoiando-se em Reale: “o direito, um sistema de normas que regulamenta o comportamento dos homens em sociedade. Muitas vezes se emprega o direito em um sentido axiológico, como sinônimo de justiça, e muitas outras em sentido subjetivo. [...] Na reivindicação do direito à saúde, o termo é empregado em seu sentido subjetivo. Todavia, a referência a regras de direito, vista por dentro, implica necessariamente a compreensão do direito como regras do comportamento humano em sociedade”.

Ainda que o argumento tenha uma carga normativa bastante acentuada, não se pode desconhecer sua importância, pois influencia, positivamente, as deliberações a respeito da responsabilidade de cada um e do Estado em sua garantia.

Esses autores reconhecem, na esteira de outros estudiosos que relacionam o direito à saúde ao

desenvolvimento do sistema capitalista de produção, que foi a urbanização e o processo de industrialização, com suas consequentes manifestações de ordem política que impuseram ao Estado, o provimento das ações de saúde, especificamente em saneamento e nos códigos sanitários.

Ainda no plano jurídico, outra distinção é a contraposição entre o direito individual e o coletivo. No plano individual, a garantia do direito à saúde envolve a liberdade em várias situações, como por exemplo, o tipo de tratamento, a relação com o meio ambiente e as condições de trabalho. A liberdade individual, assim, implicaria escolhas entre distintas e alternativas. No plano social, o direito à saúde pode ser avaliado em duas vertentes: na primeira, as exigências aos indivíduos face às necessidades coletivas, que é o que os obriga a submeterem-se às normas jurídicas, como à vacinação, ao tratamento, ao isolamento em casos de algumas doenças infecto-contagiosas, à destruição de produtos impróprios para o consumo, ao controle do meio ambiente e do ambiente de trabalho; e, a segunda, diz respeito à garantia da oferta de cuidados da saúde a todos que deles necessitam o que corresponde ao ideal de igualdade, e que, por sua vez, se submete ao pleno desenvolvimento do Estado democrático de direito. Dallari & Fortes 31 chamam a atenção para a tensão entre liberdade e igualdade ao se tratar do direito à saúde. Na esfera jurídica, esse direito, ao apropriar-se da liberdade e da igualdade “caracteriza-se pelo equilíbrio instável desses valores. [...]. Os homens sempre tiveram a consciência de que para nada serve a igualdade sob o jugo do tirano e a liberdade só existe entre iguais”.

Embora esclareçam aspectos essenciais, a argumentação acima deve, forçosamente, incluir a relação Estado-sociedade-indivíduo. Mesmo que o individualismo permaneça como principal característica dos direitos humanos, enquanto direitos subjetivos, as opções políticas de cada sociedade diferenciam os papéis assumidos pelo Estado. Em outros termos, nas sociedades liberais o papel estatal se distingue, nitidamente, do papel do indivíduo, havendo sempre a preocupação em resguardar os direitos desse frente ao Estado. Como consequência, sua interferência se resume na garantia dos direitos negativos, na preservação da ordem, das leis e, no plano da saúde, quando muito, na saúde pública. Em sociedades de perfil socialista, social-democrata ou mesmo com tendências mais progressistas politicamente, há o reconhecimento, no plano da lei, de direitos de titularidade coletiva. Nesses casos, há a interferência estatal em aspectos condizentes, inclusive aos direitos individuais, e a indicação da igualdade da cidadania face às questões sanitárias.

CONCLUSÃO

É importante salientar que o direito em seus diferentes setores não é igual a demais profissões, pois é regido por leis. Os direitos de criticar dogmas e encaminhamentos de políticas, educação e saúde são assegurados pelas liberdades de opinião e expressão. Todavia, isso deve ser feito de forma que não haja desrespeito e ódio aos grupos de cada uma dessas partes. Como há muita influência na vida político-social brasileira, as críticas em torno do direito são comuns. Essas críticas são essenciais ao exercício de debate democrático e devem ser respeitadas em seus devidos termos.

É com estas considerações acima que vemos em momento de grande inspiração literária entregando-se a uma árdua descrição da moralidade dos diferentes termos que regem o direito e que dele sobrevive.

Este artigo buscou realizar um primeiro movimento em resposta à tomada de consciência de se ter chegado a um momento sobre o que se é de direito a todos, em que nos é apresentada uma “exigência”: Fomentar uma crítica à construção de uma geopolítica da produção acadêmica no campo do direito como um todo, cujo eixo fundante se traduz por uma clivagem cultural. Tomar esta clivagem como o motor da nossa reflexão sobre a formação de uma verdadeira geopolítica acadêmica é reconhecer que a clivagem cultural possui uma transversalidade aos diferentes campos de poder e saber.

Nesse sentido, o que procuramos demonstrar é que embora muitas tenham acontecido e se mudado, infelizmente podemos ver que pouco conhecemos sobre nossos direitos, seja em qual setor estivermos falando: Política, Educação, Saúde, etc.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA C. **Gestão da saúde no contexto da reforma do estado.** In: Brasil. Ministério da Saúde. Regulação e gestão de recursos humanos em saúde na perspectiva da reforma do Estado – relatório final. Brasília: Ministério da Saúde; 1998. p. 99-114.
- CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** *Cadernos de Pesquisa*, n.116, p.245-262, jun. 2002.
- DALLARI SG, Fortes PAC. **Direito sanitário: inovação teórica e novo campo de trabalho.** In: Fleury S, organizador. Saúde e democracia: a luta do CEBES. São Paulo: Editora Lemos; 1997. p. 187-202.
- DAVID, René. **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo.** São Paulo: Martins Fontes, 2a. ed., 1993.
- FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**, Atlas, 1988.
- FREIRE, M. D. **Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias.** *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

GLENN, H. Patrick. *Legal Traditions of the World*. Oxford University Press. ISBN 0198765754, 2000.

LUIS Fernando Barzotto. *A Democracia na Constituição*, São Leopoldo, Unisinos, 2003.

MARGARET SCHULER. *Women's Human Rights: Step by Step*, 1995.

MICHAEL WALZER. *Spheres of Justice: A Defense of Pluralism and Equality*, New Jersey, Basics Books, 1993.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. I, p. 176: As Árvores da liberdade.

TELLES VS. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia. In: Diniz E, Lopes JSL, Prandi R, organizadores. *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: Editora npocs/Hucitec/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;1994. p. 225-43.

CAPÍTULO II

DIFÍCULDADE DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Maria José Costa Toledo¹

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos em dificuldade de aprendizagem vem a nossa mente algo do tipo, incapacidade que o indivíduo apresenta para realizar uma determinada atividade. Refletindo sobre isso, esse capítulo irá tratar das dificuldades de aprendizagem que a criança passa durante o processo de alfabetização, mesmo na perspectiva que podem causar dificuldade de aprendizagem durante o processo de alfabetização.

Hoje em dia um dos maiores problemas enfrentado nas escolas, é a qualidade de aprendizagem na alfabetização. Devido a essa necessidade partiu a curiosidade de entender o motivo desse grande problema: pois, as dificuldades de aprendizagem constitui-se um dos principais entraves para a prática educativa, é fator que pode determinar o fracasso, a repetência e a evasão escolar de muitos alunos durante a alfabetização. A aprendizagem é um aspecto relevante na vida do ser humano, por isso a importância dela para que possamos crescer intelectualmente.

Para realização da pesquisa, a abordagem metodológica utilizada foi a revisão bibliográfica, consultando-se fontes de dados online, artigos científicos, revistas, livros e biblioteca virtual para o devido enriquecimento do tema abordado.

2 O OLHAR DO PROFESSOR SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Ao falar sobre o tema dificuldade de aprendizagem, podemos tecer uma série de reflexões, a partir de diferentes linhas de pesquisa que sustentam a teoria e a prática nessa área de conhecimento. Esses conhecimentos ajudam a compreender as articulações que podem acontecer entre ensinar e aprender, ou seja, as constantes trocas envolvendo o sujeito aprendente, o objeto de conhecimento e o sujeito ensinante.

Pode não parecer, pode ser que algumas pessoas digam o contrário, mas todas as crianças gostam, querem e tem possibilidade para aprender. E quando não estão aprendendo, com certeza algo não está indo bem. É nessa hora que os professores e outros profissionais envolvidos no processo de aprendizagem dessa criança precisam buscar fatores que podem estar causando dificuldades no processo de alfabetização.”, o professor estar consciente de todos os obstáculos que se apresentam, estando preparado para vencê-los. Segundo BASSEADAS (1996, P29), “O professor tem a responsabilidade de estimular o desenvolvimento de todos os alunos pela aprendizagem de uma série de diversos conteúdos, valores e hábitos”.

Sabe-se muito bem que esta responsabilidade não é tarefa fácil, uma vez que as cobranças são muitas e, às vezes a ajuda é quase inexistente. No sistema educacional, o professor vive constantemente pressionado com os problemas de aprendizagem apresentado diariamente em seu grupo.

Segundo SCOZ (1998), frente aos problemas de aprendizagem, quando se referem ao nível de sintomas, os professores nem sempre conseguem expressar-se com clareza, sendo que, algumas vezes, por falta de conhecimento, e outras pela complexidade dos problemas.

Quando se referem ao nível de obstáculos, os docentes relatam interferências funcionais, como: ausência dos pais na escola, coordenação motora, nas interferências sócio-efetivas, o aluno é muito carente, falta de auto-estima. A desorganização familiar, ausência de limites, agressividade nas relações familiares e a pobreza também são vistos como obstáculo. Como diz ainda SCOZ (1998, p. 82):

A origem de toda aprendizagem está nos esquemas de ação que o individuo desenvolve e que dependem, por sua vez, da integridade orgânica e corporal. Dessa forma sob o olhar do professor, o problema de aprendizagem teria uma causa única, e não uma pluricausalidade, como se tem argumentado e embasado até então.

De acordo a citação acima, o papel do professor é o de uma atuação constante, de modo que privilegie todo o

grupo e intervenha de forma particular com cada aluno. Essa tarefa é difícil, exigirá bastante conhecimento e atenção do professor quanto ao processo de aprendizagem de cada criança, para uma intervenção adequada.

Sabemos que a realidade escolar tem mostrado um alto índice de fracasso e evasão escolar principalmente nas turmas de alfabetização.

Diante deste quadro o professor se angustia e tenta de alguma forma, camuflar ou desculpar-se diante do problema. FANI (1996, p.65) afirma:

(...) com frequência os professores procuram explicar por que o aluno não aprende, atribuindo a culpa, apressadamente a aspectos isolados, deficiência de natureza biológica e cultural, carências de diferentes tipos, em detrimento de pesquisas mais abrangentes e de análises mais criteriosas capazes de esclarecer a situação.

Mesmo assim, os docentes buscam novas estratégias de ensino mais adequados para buscar melhores resultados e rendimentos mais satisfatórios.

3 AS DIFICULDADES DE LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A leitura é de suma importância no processo de ensino aprendizagem na alfabetização. Pois é nesse processo

que algumas crianças demonstram suas dificuldades para o professor. Segundo KRANNER (2010, p.62):

A leitura e a escrita são descontextualizados da experiência, evento ou situação real em que acontecem no mundo social. Transformada de objeto cultural em objeto escolar, a aprendizagem da leitura fica condicionada em alguns casos, ao forte apelo social e efetivo do professor, e em outros até mesmo à sua postura autoritária.

A alfabetização é o começo de todo processo de desenvolvimento intelectual da criança, pois esse começo deve ser vivenciado dentro de um contexto real, no qual o aluno faça parte do mesmo, para que essa alfabetização tenha sentido para a vida do educando.

A leitura tem que ser uma das prioridades para o ensinamento da alfabetização, pois com deficiência na mesma pode se dizer que o aluno não foi alfabetizado. O professor precisa saber lidar com o processo de alfabetização, tornando suas aulas prazerosas e buscando a realidade para que a criança não só aprenda a ler palavras, e sim que adquira um saber contextualizado. Segundo FERREIRO (2005, p. 66) “ [...] o ato de leitura deve ser concebido como um processo de coordenação de informação de procedência diversificada [...]”

O processo de leitura envolve momentos de muita atividade, interpretação e assimilação de objetos, mas com muita coerência pautado em trabalho diversificado.

Para que haja uma alfabetização com sentido e que a criança realmente sinta prazer em participar, precisa de muito esforço e muita dedicação por parte do professor.

As dificuldades de leitura podem afetar toda a vida escolar da criança, pois na progressão de anos seguintes, a aprendizagem de outras disciplinas depende cada vez mais da leitura e da escrita. Além disso, um processo bem sucedido de alfabetização possibilita a performance inclusiva de crianças no universo letrado.

4 COMO SURGEM AS DIFICULDADES DE LEITURA.

Quando uma criança possui dificuldades de leitura, é possível que o processo de alfabetização escolhido esteja ignorado quais acesso e quais estratégias são usadas preferencialmente pela criança envolvida, pois sabemos que existe duas vias para a compreensão de leitura e a produção escrita. Umas delas é a via fonológica e a outra é a via lexical. Pela via fonológica, aprendemos consciência fonológica, pois é através dessa via que a criança desenvolve a leitura, reconhecendo os sons de uma determinada língua e suas apresentações. Pela via lexical, aprendemos, por sua vez, a apresentação escrita de palavras e grafemas (como sílabas).

Outras dificuldades de leitura que podemos mencionar estão relacionados as disfunções como dislexia e síndrome de Irlen, entre outras. Na dislexia, as pessoas têm dificuldades por exemplo, na definição entre esquerda e direita e de curta duração. Já na síndrome de Irlen, as pessoas possuem muita sensibilidade à visão da luz, o que tira o foco

do processo cognitivo da leitura, deslocando-o para o esforço físico que é preciso realizar ao ler.

Algumas crianças têm certa perturbação que transforma o conteúdo recebido fazendo assim uma confusão que impossibilita o aluno a ter um bom rendimento escolar.

As dificuldades de aprendizagem da leitura surgem por dissociação no desenvolvimento das correspondências entre os códigos ortográficos e fonológicos e as conexões múltiplas.

Emilio Ferrreiro e Ara Teberosky atestam que as crianças não entram vazias para as escolas, sem saberem de nada sobre língua e a linguagem para elas; toda criança passa por quatro fases antes de serem alfabetizadas.

1- Pré-silábico; 2- Silábico; 3- silábico-alfabético; 4- alfabetico.

As dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento podem produzir consequências emocionais e elas não desaparecem quando a criança volta para casa após a escola. Essas condições afetam o modo como o aluno percebe o mundo. Por isso a importância da identificação das dificuldades deve ser feita o mais rápido possível para que seja sanada e ampliar o nível de desenvolvimento da criança; para que ela possa aprender com eficiência.

MORAIS (1994) afirma:

“(...) com frequência os professores procuram que o aluno não aprende, atribuindo a culpa apressadamente, a aspectos isolados, deficiências de natureza biológica, psicológica e

cultural, carências de diferentes tipos, em detrimento de pesquisas mais abrangentes e de análises mais criteriosas capazes de esclarecer a situação.”

Já para FONSECA (1995) “as dificuldades aumentam na presença de escolas superlotadas e mal equipadas, além de contarem com muitos professores “desmotivados”. A escola não pode continuar a ser uma fábrica de insucesso”.

Diante de tudo isso, de quem é a responsabilidade quando uma criança apresenta dificuldade de aprendizagem na alfabetização? O que fazer?

Os pais, a escola (professor) e a criança devem estar em sintonia, cada um fazendo sua parte. A responsabilidade é de todos. Na escola a criança vai receber ajuda do professor, e em casa deve ser auxiliado pelos pais. Todos devem auxiliar a criança que está em processo de aprendizagem, para que venha desenvolver-se.

5 O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DAS DIFÍCULDADES DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.

O professor tem um papel fundamental no processo de aprendizagem de seus alunos, pois alfabetizar não é apenas ensinar a ler, escrever e cantar. Vai muito além desse conceito. Segundo SILVA (2000, p. 70):

O educador pode até ter acesso a encontros, seminários, sessões de estudos, nas quais entra em contato com novas ideias e métodos, mas é frequente que, ao retornar ao seu cotidiano escolar, não consiga perceber a sua prática e transformá-la. Percebe a necessidade e a possibilidade de mudança, mas não consegue articular-se para transformação necessária.

O que ainda preocupa na educação é que existe alguns professores acomodados que não se preocupam com o trabalho diversificado e fica preso a velhos métodos tradicionais e ignoram a pesquisa e um método inovador, que envolve o aluno numa dinâmica de busca de aprendizagem e que tenha significado para a vida do educando.

Tradicionalmente pensávamos que ler era decodificar e unir letra a outra. Hoje sabemos que não é assim. Permanentemente estamos antecipando e verificando para confirmar ou corrigir nossa hipótese. Por isso, ao propor a reflexão sobre o sistema temos que planejar situações que permitam aos alunos ampliar suas estratégia de antecipação e verificação. Ler é coordenar a informação baseando-se em indicadores do texto e do contexto.

Segundo PCN (BRASIL, 2001, p. 55):

O professor deve ter propostas claras o que, quando e como ensinar e avaliar, a fim de possibilitar planejamento de atividades de ensino para a aprendizagem de maneira adequada e coerente com seus objetivos. E a partir

dessas determinações que o professor elabora a programação diária de aula e organiza sua invenção de maneira a propor situações de aprendizagem ajustadas às capacidades cognitivas dos alunos.

O professor precisa estar preparado para enfrentar desafios, no sentido de enfrentar problemas trazidos pelas crianças e ele enquanto facilitador da aprendizagem saber conduzir o processo de alfabetização e letramento. Tendo compreensão de que cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem, precisam aprender a olhar além da criança a enxugar o conteúdo familiar no qual ela está vivendo”.

Na fase de alfabetização, a criança necessita de apoio, auxílio e orientação de um adulto para aprender. Percebe-se então, a necessidade de o professor conhecer a realidade social e cultural do aluno, a fim de contribuir para a importância de saber ler e escrever em nossa sociedade. Portanto, no processo de alfabetização, as interações entre professores, família e alunos fazem a diferença.

Para VYGOTSKY (2003, p.75):

Na base do professor educativo deve estar a atividade pessoal do aluno, toda a arte do educador deve se restringir a orientar e regular essa atividade. No processo de educação, o professor deve ser como os trilhos pelos quais avançam livre de independentemente os vagões, recebendo deles apenas a direção do próprio movimento.

Nesse sentido o educador precisa se esforçar da sua responsabilidade e saber enfrentar os desafios no processo de alfabetização e letramento da criança.

CONCLUSÃO

As dificuldades de aprendizagem na alfabetização devem ser tratadas. O primeiro passo é a observação por parte dos professores e dos pais, para juntos buscarem ajuda de outros profissionais. Esta ajuda é uma avaliação que será feita tendo por finalidade verificar se o aluno obedece a um conjunto de critérios, ou regras simples e se tem problemas de concentração e de atenção.

Várias são as causas que interferem no processo de ensino aprendizagem das crianças em seu processo de alfabetização.

Concluímos que vários fatores interferem na aprendizagem da criança em seu processo de alfabetização, que nem sempre está só na criança a dificuldade de aprender a ler. O processo educacional falho, pode estar ligado ao método de ensino adotado. Vimos também a incapacidade que alguns profissionais têm de alfabetizar as crianças nos primeiros anos do ensino fundamental. Outro fator muito crítico é a ausência da família no ambiente escolar, além dos fatores sociais, no que diz respeito ao letramento. A presença da família é essencial na formação e no desenvolvimento da aprendizagem da criança, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, pois é a fase que ela precisa desenvolver a alfabetização com sentido.

REFERÊNCIAS

BASSEADAS, Eulália. **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico.** 3^a Ed. Porto Alegre: Artes médicas. 1996.

BRASIL, MEC – **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos Parâmetros Curriculares. Secretaria da Educação Fundamental. 3. Ed. Brasília. A secretaria, 2001.

FERREIRA, Emília. Alfabetização em processo. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FINI, Lucila Diehl Tolaine. **Rendimento escolar e psicopedagogia.** In: SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho de: BRENELLI, Rolex Palermo. (orgs) **atuação Psicopedagógica e aprendizagem escolar.** Petrópolis Rj: Vozes. 1996. Pag 64 a 76.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** 2^a Ed. Porto Alegre, Artmed:1995.

GRIGORENKO, Elena L. STERNBERG, Robert J. Crianças rotuladas – o que é necessário saber sobre as **dificuldades de aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: Formação de Professores em curso.** São Paulo: Ática, 2010.

MORAIS, A. M. P. **A relação entre a consciência fonológica e as dificuldades de leitura.** Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1994.

SILVA, J. M. S (org) **Os educadores e o cotidiano escolar.** Capinas, SP: Papirus, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica.** Tradução Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CAPÍTULO III

LETRAMENTO E O PAPEL DO PROFESSOR NO AMBIENTE ESCOLAR

Adriana Cavalcante da Silva Lessa³

1 INTRODUÇÃO

Este artigo traz a importância do professor para o aluno no processo do ensino-aprendizagem e na construção de conhecimentos em crianças das séries iniciais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, na faixa etária de 5 a 10 anos.

A aprendizagem na maioria das vezes é um processo que requer muito a atenção do professor com seu aluno, e em que vários fatores, em interação, colaboram para o seu sucesso. Nesse processo, o professor é facilitador das interações fundamentais entre ele e as crianças e entre elas mesmas, nunca descartando seus conhecimentos prévios, sociocultural e cognitivo onde na maioria das vezes vão estar juntos. Essa interação social realiza-se através de trocas de ideias entre os iguais os que não são iguais e que tem no

³ Mestranda em Ciências da Educação, Especialista em Psicopedagogia, Graduada em Letras, Professora da Rede Pública Municipal. Adrianacavalcante32@hotmail.com

professor a supervisão e o cuidado do processo de ensino e aprendizagem.

Para que aja desenvolvimento da inteligência e aprendizagem, é necessário que o professor compreenda o próprio modo da criança se relacionar, se comunicar, agir, sentir, pensar e construir seus conhecimentos e conceitos.

O pensamento de Piaget com relação a aprendizagem é provocada por várias situações e o desenvolvimento pode ser chamado de aprendizagem em que envolva todos os sentidos relacionados ao aluno. Para ele, o desenvolvimento cognitivo ocorre de forma igual para todas as crianças, mas isto não significa que todas tenham que ter o mesmo pensamento e a mesma aprendizagem diante do processo professor-aluno.

A estrutura cognitiva tem sua origem na maturação de cada criança, sua hereditariedade e também seus aspectos neurológicos, sensoriais e cognitivos, e essa maturação depende também dos estímulos ambientais em cada fase da vida. A aprendizagem é construída pelos sujeitos em uma relação de diálogo e interação com os conteúdos, sempre considerando as estruturas mentais e cognitivas do aluno.

Na escola, o professor, para atingir a eficácia de sua atuação, precisa lançar propostas que respeitem essas particularidades, com o objetivo de atender às necessidades das crianças. A subjetividade estar relaciona com a interdisciplinaridade e é através destas duas fontes que o professor deverá lançar as suas propostas, pois respeitar a criança em seu contexto e lhe proporcionar condições para construir sua interpretação de mundo e de uma educação renovada e através do professor.

2 SUBJETIVIDADE E O PAPEL DO PROFESSOR NO AMBIENTE ESCOLAR

Vygotsky destaca o desenvolvimento da criança como um processo passado por conflitos, sendo vivenciado na totalidade e não isoladamente, no fortalecimento da inteligência. Vygotsky vê esse desenvolvimento dentro de uma dimensão histórica, social e cultural, diferentemente da base racionalista do pensamento de Piaget.

Refletindo sobre a aprendizagem, é necessário que o professor esteja sempre em busca de novidades para transmitir para o seu aluno, que busque sempre o interesse da criança através de um ambiente agradável, de jogos lúdicos e de uma didática renovada e construtiva. O professor tem que sempre estar disposto a interagir com a criança e aprender junto com eles no seu dia-a-dia, respeitando a individualidade e o espaço de cada uma.

O professor é o transmissor entre seus alunos e os recursos de conhecimentos que leva para o seu aluno, é ele quem organiza o espaço e proporciona várias situações para que a criança assimile cada vez mais o conteúdo a ser estudado. É ao professor que cabe a responsabilidade de tornar-se único as situações da aprendizagem, considerando todo o aprendizado que houve naquele momento de interação.

Os professores precisam sempre levar em consideração a idade de seus alunos, os pensamentos, sua linguagem, o seu conhecimento, o ambiente em que ele vive e o seu desempenho no momento em que ele está estudando,

determinando conteúdo, trazendo sempre para sua sala de aula a realidade dos seus alunos.

O professor deve sempre estar inovando a sua didática de ensino para que chame a atenção dos mesmos, pois é através do novo que resgatamos nossos alunos para a escola e para sala de aula. A cada momento em que estamos na sala de aula surgi algo novo e é esse novo que os nossos alunos ficam cada vez mais fascinados e é daí que surgi o crescimento e o desenvolvimento deles. As experiências vividas irá sempre contribuir para o seu cotidiano e seu aperfeiçoamento tanto na vida escolar como na vida pessoal dos nossos alunos.

No período do processo da construção de conhecimentos o professor deverá usar com seus alunos vários métodos de linguagem que leva a interagir em seu ambiente e com outras pessoas. A cada etapa surgi novas descobertas, pois a criança passa por várias fases e é através de cada uma delas que elas vão aprimorando os seus conceitos e seus conhecimentos.

O planejamento deve ser estimulado tanto para o professor como para o aluno, pois é através dos conteúdos que o professor vai conseguir estimular o seu aluno para o dia-a-dia.

A criança é um ser verdadeiro e social, que já tem a sua capacidade de pensar, de amar e que no decorrer de cada fase vai aprimorando cada vez mais, através do ambiente em que vive e das pessoas com quem se comunicam e se relacionam.

Embora o papel da realidade social na formação do sujeito individual seja uma ideia ampla aceita (e óbvia), controvérsia e ambiguidades surgem quando a natureza deste papel e a gênese dos processos individuais são conceituadas. As abordagens deste problema envolvem elaborações teóricas que tendem a privilegiar ou o funcionamento intraindividual ou interindividual. (SMOLKA et al., 1995)

É através do contexto social que o sujeito torna-se uma pessoa crítica levando em consideração a individualidade de cada um, pois a cada momento em que estamos na sala de aula, nós estamos preparando os nossos alunos para ser uma pessoa crítica, pesquisadora e que esteja sempre em busca do novo.

A criança que aprende é aquela que está sempre em busca do novo, ela sempre vai estar disposta a interpretar, a aprender e a compreender o seu amigo de sala, o conteúdo estudado, enfim é dessa criança que estamos em busca para que construa e reconstrua o novo através da pesquisa e da interação junto com o meio em que vive.

Um ambiente agradável para que o aluno possa ser alfabetizado é aquele que possamos ter vários instrumentos como, por exemplo: uma sala de aula grande e arejada, livros de história para que a criança aprenda a gostar de ler, mesmo que ainda ela esteja no processo de ser alfabetizado, pois é através do lúdico, que ela vai descobrir algo novo e vai se apaixonar cada vez mais pela leitura, pela escrita, enfim até mesmo pelos conteúdos que elas irão estudar e aprender no

decorrer da viva escolar, é também através da pesquisa, da leitura que teremos alunos críticos e inovadores no futuro.

A equipe pedagógica deve sempre estar disposta a trabalhar com seus alunos as dificuldades de cada um e tentar solucionar o problema da melhor maneira possível, respeitando a fase de cada criança sem querer ultrapassá-la. A equipe pedagógica deverá sempre estar perto do seu aluno para que possa compreendê-lo melhor, pois cada um tem a sua individualidade que deverá ser respeitada no decorre de toda a sua vida.

A escola tem uma grande responsabilidade que é a de cuidar e a de educar e a principal que é de ensinar aos seus alunos, não só a de transmitir conteúdo, mas de ensinar valores, mostrando para o seu aluno a importância de respeitar o próximo e aceitar cada um do jeito que cada um é. A escola tem a responsabilidade de ampliar o nível de conhecimento de seu aluno tanto cultural e social, pois os nossos alunos passam a maior parte de sua vida na escola.

O professor é um profissional de muita importância na vida de seus alunos, pois é com o professor que eles aprendem a dar o primeiro passo na sua vida escolar, é na escola que eles irão aprender a escrever, a ler e a respeitar a individualidade de cada um .O professor é a ferramenta principal que transmite conhecimentos para seus alunos, pois o professor termina sendo um espelho e exemplo para os seus alunos.

Muitas pessoas ainda entendem o processo ensino-aprendizagem de forma estática. Ou seja, de um lado existe o professor que ensina, transmite

informações; do outro lado está o aluno, que escuta e deve esforçar-se para aprender. As crianças sempre enfrentam uma série de restrições: não podem falar palavrões, ver certo programa de televisão, ficar até tarde jogando no computador, sair à noite etc.(PILETTI, 2013)

Já não existe mais essa do professor ensinar e o aluno aprender, pois os dois são sabedores de conhecimentos, na verdade o professor sabe mais do que o aluno, mais o aluno também tem algo que o professor possa aproveitar no seu dia-a-dia, na verdade é a troca de informações e de conhecimentos, cada um no seu nível.

2.1 A prática pedagógica e o papel do professor através do letramento

Ao falarmos em processo de ensino aprendizagem, pode ocorrer de adotarmos uma descrição idealizada, que tende a considerar isoladamente os atores sociais envolvidos sem se dar conta do aspecto fundamental que dá sentido ao que acontece em sala de aula, permitindo que o trabalho docente seja realizado e que a aprendizagem aconteça. A prática pedagógica do professor é de suma importância para o processo de aprendizagem do aluno.

[...] na vivência do espírito de parceria, de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, reflexão e ação, dentre muitos dos

múltiplos fatores interagentes do processo pedagógico (LUCK, 1994, p.54).

A escrita e a leitura não dá garantia ao aluno interpretar e produzir o seu próprio texto. É através da leitura e da escrita que o professor irá estimular o seu aluno a gostar de interpretar, de ler, de escrever, é através de um trabalho pedagógico mais amplo que levará o professor a respeitar vários níveis da leitura e da escrita.

A linguagem compreende a leitura e a escrita no ambiente em que vive, através do mediador professor-aluno.

Para aprender a ler, portanto, é preciso interagir com a diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que os leitores fazem deles e participar de atos de leitura de fato: é preciso negociar o conhecimento que já se tem e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo incentivos e ajuda do leitores experientes (PCNS, 1997, vol.2, p.56

Para que a criança possa gostar de ler é necessário que o professor também goste de ler para que o mesmo possa estimular o seu aluno, trazendo para sala de aula recursos que o auxilie na hora da leitura.

2.2 A interdisciplinaridade e o papel do professor na sala de aula

O professor deve usar a interdisciplinaridade para facilitar a aprendizagem do aluno, pois a cada dia torna-se

mais fácil a aprendizagem do aluno se o professor na sua aula envolver várias disciplinas com determinado conteúdo, pois o aluno vai aprender sem que ele mesmo perceba. A interdisciplinaridade veio para ajudar e não para prejudicar, o professor ele tem que está apto para ajudar o seu aluno de várias maneiras, caso seja na Matemática, Português, História, Geografia e outras mais.

O objetivo da interdisciplinaridade é, portanto, o de promover a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir, ao mesmo tempo, uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado (LUCK, 1994, p.60).

2.3 Relação professor-aluno

É de suma importância que o professor tenha com seu aluno uma relação amigável e prazerosa, no sentido em que o professor respeite a individualidade de cada um. É necessário compreender o âmbito que abrange a relação professor aluno no cotidiano escolar.

Certa vez, ouvi um professor falar:
“Na sala de aula, eu me limito a ensinar; me relaciono com os alunos apenas fora da classe”... Esse comentário reflete sobre o fato de que nem sempre pensamos na

classe, de maneira consciente e refletida, em termos de relação com os alunos. Na sala de aula pensamos, de maneira espontânea, em termos didáticos (o que e como vamos explicar, o que vamos perguntar etc.). Sabemos que é bom ou desejável manter uma boa relação com os alunos na classe; outra coisa é pensar na classe como lugar de relação, lugar onde inevitavelmente nos relacionamos com os alunos.

(MORALES PEDRO, 1999, p.09)

Entrar nas características do professor ideal para uma sala de aula nos afastaria do tema que estamos tratando, mas o bom professor é aquele que trata o seu aluno de maneira amorosa, agradável e que leve aos seus alunos o prazer de estar na escola e na sala de aula todos os dias. Entretanto, nesse contexto da relação professor-aluno na sala de aula, convém dizer algo. “Follmam (1994) recolhe de outros autores uma série de personagens identificados como mestres influentes e inspiradores: Aristóteles, Platão, Sêneca, Jesus de Nazaré, Inácio de Loyola, Huxley..”. Esta lista é muito heterogênea, mas destaca a influência que pode ser exercida por uma só pessoa.

2.4 Apoiar a autonomia do aluno na sala de aula

De uma forma geral o professor é ele quem orienta o seu aluno para a vida, pois cabe a ele apoiar e conscientizar o seu aluno nos momentos de tomar decisões e de ter uma certa autonomia perante as suas opiniões tanto pessoais,

como na hora dos seus erros e acertos na vida escolar, para nós professor é importante que o aluno tenha uma certa autonomia perante os seus erros e acertos isso mostra que ele está crescendo perante as suas atitudes.

Apoiar a autonomia do aluno relaciona-se com a margem de liberdade que lhe é concebida nas atividades de aprendizado, com a ausência de pressão, de prêmios externos. Relaciona-se também com a capacidade do professor de fomentar a motivação interna e criar um clima de paz no trabalho.
(MORALES PEDRO, 1999, P. 57).

2.5 Subjetividade, letramento e o papel do professor

É necessário dar novo sentido ao papel do professor. Enquanto transmissor de conhecimentos e saberes. Mas para isso, a cultura escolar precisa levar em consideração a constituição do desejo, abrir espaço para o aluno e professores. Relacionar esse tema com a nossa atualidade, principalmente a subjetividade de cada um.

Partindo do princípio de que o sujeito e a subjetividade emergem na obra de Vygotsky, a questão a fazer é como o sujeito e a subjetividade aparecem na construção teórica do autor. Para a leitura subtextual serão analisados dois conceitos fundamentais da obra de Vygotsky e que apresentam permanência nos seus escritos: a noção de consciência e a noção da relação

constitutiva eu-outro. Essas duas questões estão presentes desde o primeiro instante de sua entrada na psicologia até a interrupção de seu trabalho. (MOLON, Susana Inês, Psicologia Social. Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky. P.81).

O professor precisa olhar para si, como o responsável por futuras transformações na docência, frente à falta de interesse dos alunos. Pois depende também do professor que o aluno transforme no futuro um aluno criativo e pesquisador.

A prática pedagógica do professor compromissado com o processo implica:[...] na vivência do espírito de parceria, de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, reflexão e ação, dentre muitos dos múltiplos fatores interagentes do processo pedagógico (LUCK, 1994,p.54).

CONCLUSÃO

Para que a aprendizagem faça parte da vida das crianças é necessário que o conhecimento seja construído junto professor e aluno e não transmitido de um forma em que a criança não sinta prazer de aprender.

A escola deve ser sempre um ambiente agradável e aconchegante, que respeita os níveis de desenvolvimento dos alunos e conhecimento dos seus alunos.

Um professor que gosta do que faz se preocupa com seus conteúdos que será transmitido para os seus alunos e busca formas inovadoras e abrangentes de que transforme o seu ensino em aprendizagem junto com seus alunos. Para isso, a pedagogia de projetos interdisciplinares vem mostrando a cada dia a importância de ser trabalhada com o aluno.

Também a interação social é fator fundamental na participação coletiva de construção de conhecimentos e a criação individual e coletiva de cada aluno. O professor deve tornar a sua aula um ambiente agradável, prazerosa, para que a aprendizagem ocorra de uma forma espontânea.

REFERÊNCIAS

LUCK, Heloisa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teóricos e Metodológicos.**

LUCK, 1994, p.54.

MORALES, Pedro, Petrópolis: Vozes, 1999, p. 57.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

PILETTI, Nelson, **Aprendizagem: Teoria e prática - São Paulo. Contexto.** 2013

INÊS MOLON, Susana, **Psicologia Social, Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**, 4º Edição.

CAPÍTULO IV

LETRAMENTO: PROCESSO NECESSÁRIO E DESAFIADOR NOS DIAS ATUAIS E A FUNÇÃO DO PROFESSOR NESTE CONTEXTO

Laura Costa Azevedo⁴

1 INTRODUÇÃO

Discutir sobre a leitura e sua relação com o letramento por parte do educador possibilita ampliar as condições em desenvolver nos grupos de alunos condições de usufruir de maneira efetiva do processo de ser leitor. O desenvolvimento social depende da formação de um leitor crítico, consciente e capaz de criar seu próprio significado e que possa adquirir autonomia para criar sua interpretação de texto envolvendo seus objetivos e compreendendo a intenção do autor relacionando-o ao seu contexto histórico e geográfico (KOCH, 2002).

A educação passou e passa por transformações nos últimos tempos. A sociedade se transformou e com isso surgiram necessidades complexas envolvendo tecnologia avançada. A comunicação aproximou culturas diferentes e

⁴ Graduada em Psicologia (1998) e Pedagogia (2003) pelo CESMAC – Centro de Estudos Superiores de Maceió. Especialização Psicopedagogia pelo IBESA. Mestranda UNASUR, 2013. lauracazevedo@ig.com.br

revelou a importância de respeitar as diferenças de ser e atuar no meio social. Mas o respeito acontece por meio da compreensão do outro através da leitura de mundo e consequentemente do letramento. Neste aspecto pode-se perceber que existe uma leitura intrínseca a condição do homem como um ser pensante, naturalmente o homem possui um letramento informal. No entanto, existe outro aspecto do letramento que passa pela decodificação de códigos e vai além deste produzindo leitores capazes de compreender o que leem.

O letramento considerado formal envolve leitura de textos, escrita e o saber escrever e exercer práticas sociais que circulam na sociedade. (SOARES, 1998)

Como fazer alcançar o máximo em desenvolvimento social e econômico através de uma sociedade letrada, tendo como ponto de partida a escola? E neste aspecto que se precisa considerar o entendimento por parte do educador de todas as áreas sobre a importância da leitura compreendendo esta e seus processos, e de como acontece o letramento. Um fator a se considerar para que o educador desenvolva o letramento e a capacidade de buscar estratégias de exposição oral e escrita dos mais variados assuntos pertencentes diretamente ao cotidiano explorando em cada atividade a intermediação das inteligências múltiplas. Ao buscar assuntos cotidianos e simples através de uma abordagem científica chega-se ao entendimento do complexo. O homem com sua compreensão de mundo, sua leitura e participação social ativa de maneira positiva pode gerar uma sociedade com um menor índice de violência, e maior satisfação em usufruir das conquistas humanas no decorrer dos tempos.

2 LEITURA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

O ato de ler envolve funções mentais que dependem do amadurecimento do sistema nervoso. Mas a exploração do mesmo no espaço escolar é primordial e se faz presente a partir dos conteúdos a serem estudados focando um de cada vez. Pois, como pensava Aristóteles “Nada há no intelectivo que não tenha passado pelos sentidos”. Desta forma ler necessita de ação por parte do leitor, pode-se comparar ao processo da respiração pulmonar, é necessário inspirar para expirar. As trocas entre autor e leitor devem ser construídas no momento da leitura. O sujeito leitor precisa mergulhar e dar vida ao que ler. Sempre quando existir o ato da leitura tem-se que responder ao: Por que estou lendo esse assunto? Para que estou lendo esse conteúdo? O sentido da leitura precisa estar claro para o desenvolvimento de um leitor competente.

De acordo com Koch, consegue-se identificar dois níveis de leitor um interacionista e outro estruturalista, o primeiro faz um confronto entre os dados do texto pelas marcas do autor e dos conhecimentos prévios adquiridos socialmente. O segundo observa apenas o significado do texto sem inferência de sentido.

O trabalho do educador deve ser focado em planejar aulas envolvendo a leitura consciente dos requisitos necessários para propiciar ao aluno oportunidades de vivenciar sua própria construção (Kock, 2003).

Para que uma leitura efetiva aconteça é importante o desenvolvimento e crescimento mental, que para Piaget, são devidos à atividade do sujeito que envolve o meio e a

inteligência, e pode-se dizer que a inteligência constrói condições para a sobrevivência do homem no meio. Ao se falar sobre inteligência e relacioná-la com a leitura é primordial que o educador tome conhecimento da Teoria de Equilíbrio de Piaget que visa explicar de forma integrada os mecanismos de desenvolvimento intelectual. Segundo Piaget o desenvolvimento cognitivo se dá por interações entre sujeito e objeto de conhecimento. Em 1980, em suas conclusões em *Les éléments de la dialectique* ele afirma:

A relação cognitiva sujeito/objeto é uma relação dialética porque se trata de processos de assimilação (por meio de esquemas de ação, conceitualizações ou teorizações, segundo os níveis) que procedem por aproximações sucessivas e através dos quais o objeto apresenta novos aspectos, características, propriedades, etc. que um sujeito também em modificação vai reconhecendo. Tal relação dialética é um produto da interação, através da ação, dos processos antagônicos (mas indissociáveis) de assimilação e acomodação.

O ato da leitura envolve processos mentais estudados por Piaget e que estão presentes de maneira geral no momento da aprendizagem. A leitura também de qualquer gênero textual requer que os processos mentais estejam permeando a relação dialética, sujeito e objeto, constantemente, que são: assimilação e acomodação.

A assimilação como processo mental presente no momento da leitura acontece quando na relação sujeito e objeto, uma pessoa entra em contato com o objeto de conhecimento, ela retira desse objeto algumas informações e as retém, e são essas informações, e não todas, e nem outras que são retidas porque existe uma organização mental a partir de estruturas já existentes. Pode-se dizer que uma assimilação é uma associação acompanhada de inferência (Piaget, 1976).

Então ao se falar em assimilação deve-se considerar também a acomodação, pois os dois processos formam dois polos de uma interação entre o organismo e o meio, a qual é a condição de todo funcionamento biológico e intelectual. A acomodação é importante no mundo da leitura visto que enquanto a assimilação absorve a acomodação permite que as estruturas mentais se amoldem a situações mutantes e a esse processo.

É primordial manter a elasticidade do mental para ampliar o campo de visão e inferência do leitor, sendo assim o professor necessita construir estratégias de aula que permita ao aluno a interação entre este e seu objeto. Pode-se então identificar quatro pilares no processo de leitura de conteúdos, que são: o próprio conteúdo, o professor, o aluno e as estratégias.

Fazendo-se um paralelo entre desenvolvimento para Piaget e o processo da leitura verifica-se que, tanto em um como no outro existe a Equilíbriação, uma passagem continua de um estado de menor equilíbrio a um estado de equilíbrio superior (Piaget, 1976). Considera-se também que a Equilíbriação é um processo dialético que envolve equilíbrio

– desequilíbrio – reequilíbrio, sendo este móvel e dinâmico. Assim pode-se considerar que existe o processo da Equilibração na leitura formal e informal.

3 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO EM SALA DE AULA

SOARES (2003) propõe o uso do termo “alfabetismo” para definir de forma específica as características do individuo que além de saber ler e escrever usa socialmente esta função. A palavra “analfabetismo” é usada como estado ou condição de analfabeto, assim o termo “alfabetismo” é utilizado para qualificar “estado ou condição que assume aquele indivíduo que aprende a ler e escrever” (SOARES, 2003), dessa maneira surge uma nova ressignificação do conceito de alfabetização aproximando do que chama-se hoje de letramento.

Nos dias atuais existe uma necessidade constante de leitura das mais diversas áreas devido à globalização, e estar se tornando complexa e fundamental para realizarem-se até mesmo tarefas cotidianas. Neste sentido a escola precisa funcionar cada vez mais como uma mobilizadora da função de reflexão e ação do homem no meio, para que este possa superar seus problemas de ordem econômica, política e social.

No Brasil, o fenômeno do conceito e estudo do letramento foi discutido por diferentes autores que perceberam e vivenciaram a necessidade da ampliação do conceito de alfabetização e buscaram por um termo que pudessem explicar o processo que envolvesse, além do

acesso ao sistema linguístico, as demandas por práticas sociais de leitura e escrita.

Em seus estudos sobre psicogênese da língua escrita, Ferreira indo de encontro à uma educação restritiva como a dos métodos, ressalta a necessidade de ultrapassar o sentido restrito de alfabetização como mera aquisição do código. De acordo com a autora a definição de letramento:

[...] algo que envolve mais que aprender a produzir marcas [...] algo que é mais que decifrar marcas feitas pelos outros, porque é também interpretar mensagens [...]; algo que também supõe conhecimento acerca deste objeto tão complexo – a língua escrita – que se apresenta em uma multiplicidade de usos sociais (FERREIRO, 2002).

Paulo Freire também compreendia a alfabetização de uma maneira mais ampla. Em seu livro “A importância do ato de ler” (1988), o autor discute as questões sobre o processo da leitura considerando-a além do significado das letras. O autor faz a seguinte abordagem sobre a leitura, “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, dessa maneira verifica-se uma harmonia em sua consideração e outros autores já abordados neste material, que é a visão da educação formal como prática de libertação, um projeto político capaz de desenvolver a consciência crítica dos alunos, levando-os a analisar os problemas de forma a minimizá-los, e em alguns casos eliminá-los.

Letramento vem do latim *literacy*, quer dizer estado ou condição daquele que é *literate* – que possui a habilidade

de ler e escrever. Letrado é, então, aquele que além de saber ler e escrever faz uso competente da leitura e da escrita. Letramento é utilizado para designar o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita. Conforme constata Kleiman (1995), foi utilizado pela primeira vez por Kato (1986) em seu livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. Desse momento em diante observa-se seu emprego por diversos autores (Tfouni 1988; Kleiman 1995; Rojo 1998; Soares 1998 e outros). Estas obras contribuíram para a organização da alfabetização na perspectiva do letramento, possibilitando viabilizar a compreensão destes dois conceitos por parte dos educadores e pesquisadores de um modo geral. Em 2001, a palavra foi inserida ao dicionário Houaiss, aproximando sua definição aos estudos atuais do letramento.

Em sala de aula é necessário que o educador construa atividade que veiculem as necessidades pessoais dos educandos, atreladas à situação ampla da realidade ao qual a mesma está inserida, relacionando-o com aspectos sociais e econômicos de uma maneira geral. Criar estratégias que organizem o pensamento, que pode ser iniciado com a leitura discursiva do professor alfabetizador abordando conteúdo e leitura de fotos quando houver, e dando continuidade com o letramento nas séries posteriores abarcando todos os níveis educacionais, incluído a discussão em grupo, possibilitando a inferência ao texto e também contribuindo para organização do registro escrito do que foi discutido.

A democratização social e cultural é função da escola garantindo os saberes necessários para o exercício da cidadania. Diante das novas formas de comunicação do

mundo atual, é responsabilidade do educador promover o letramento dos alunos, para que estes possam participar e compreender melhor o mundo.

4 DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE LEITURA DE TEXTOS

Ao abordar a leitura de texto, implicitamente já identificamos a necessidade do letramento estando presente nesta. É importante que o professor conduza o aluno ao estudo de aspectos semântico-discursivos, especificamente das noções de pressupostos e subtendidos, para o desenvolvimento de habilidades de leitura nos diversos níveis de escolaridade.

Para que aconteça o desenvolvimento de habilidades é importante levar em consideração os pressupostos e subtendidos e que estes sejam compreendidos e identificados primeiramente pelo professor, sendo assim, ao articular as noções de pressupostos e subtendidos, Koch,1996, diz que “a pressuposição é parte integrante dos enunciados; o subtendido, por sua vez, diz respeito à maneira como este sentido deve ser decifrado pelo destinatário.” Neste aspecto verifica-se que enquanto os pressupostos relaciona-se ao componente linguístico, presente no enunciado, os subtendidos estão previstos por um componente retórico que leva em conta o contexto da enunciação.

No processo do letramento, é essencial que o professor chame a atenção dos alunos para o fato de que os textos transmitem explicitamente certas informações, enquanto deixam outras implícitas. Para Koch, “a intelecção

de um texto consiste na apreensão de suas significações possíveis, as quais se representam nele, em grande parte, por meio de marcas linguísticas.” Assim, segundo a autora, é preciso preparar o aluno para reconhecer essas marcas, dentre as quais se destacam o pressuposto e o subtendido. Isso faz com que o aluno reconstrua o evento da enunciação, pois apreende a intencionalidade subjacente ao texto, mas não só, também reconstrói o texto a partir de sua vivência, conhecimento e visão de mundo.

No momento que o educando se tornar capaz de descobrir tudo aquilo que se encontra, de algum modo, implicitado no texto, em seus diversos níveis de significação, ser-lhe-á mais fácil fugir à manipulação, ou seja, reconhecer as manobras discursivas realizadas pelo emissor, com o intuito de conduzi-lo a uma determinada interpretação ou obter dele determinados tipos de comportamento. (Koch, 1996: 162)

O texto acima mostra a importância do significado entrelaçado pelo leitor com aspectos contextuais para que o mesmo torne-se um letrado.

CONCLUSÃO

Diante do que já foi exposto percebe-se que a leitura de mundo que antecede a leitura dos sinais gráficos, é primordial para que aconteça o letramento, aspecto tão importante na sociedade atual onde uma gama de informações e conhecimentos é explorada e utilizada a todo o momento. Para que as superações de entraves, que marcam a vida de sociedades subdesenvolvidas aconteçam, a escolaridade precisa existir para todos, pois só assim se pode assumir e utilizar as diversas maneiras de participar ativamente das conquistas sociais ao longo do tempo, nos âmbitos da saúde, educação e lazer.

Das reflexões aqui apresentadas relativas ao processo de leitura e compreensão de textos, ressalta-se que a identificação dos implícitos é de extrema importância no ato de ler. Acredita-se que para se reverter a triste constatação de que nossos jovens possuem dificuldade em atribuir sentido ao que leem. Ao capacitar o aluno a descobrir as informações implícitas no texto, dentre elas os pressupostos e subtendidos, tornar-se-á possível reconhecê-lo como um usuário competente da linguagem no exercício da cidadania.

Portanto, o educador funciona como um agente que promove as habilidades que se encontram subjacentes aos usos sociais da leitura e da escrita que merecem ser tratadas e ensinadas na sala se aula.

REFERÊNCIAS

- FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre Alfabetização.** Ed. Cortez.
- KATO, Mary A. **No mundo da escrita – Uma perspectiva psicolinguística.** Editora ática, 1986.
- KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento.** Campinas, Mercado das letras, 1995.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem.** 4^a ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- PAULO, Freire, MACEDO, Donaldo Pereira. **Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra.** Paz e Terra, 1990.
- ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas.** Mercado de Letras, 1998.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** Contexto, 2003.
- TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento, escrita e leitura: Questões contemporâneas.** Mercado de Letras.

CAPÍTULO V

O LETRAMENTO A PARTIR DE UMA ABORDAGEM COM O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Maria José Dias da Silva⁵

1 INTRODUÇÃO

A recente incorporação do termo letramento no campo da educação brasileira associada com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos gerou uma série de dúvidas entre os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente os que se dedicam ao trabalho com turmas de primeiro ano. Muitas dessas dúvidas se referem ao conceito e a proposta de letramento.

Alguns professores pensam que o letramento é um método didático que veio substituir a alfabetização, outros consideram que alfabetização e letramento são processos iguais, outros ainda possuem dúvidas sobre como promover uma proposta voltada para o letramento. Essas dúvidas nos parecem decorrentes da falta de esclarecimento teórico sobre a temática. Parece um problema cultural, mas não é, vejamos o que diz Brian Street sobre o assunto:

O letramento varia nas diferentes culturas, nos diferentes espaços dentro

⁵ palomameury06@hotmail.com

de uma cultura, nas distintas instituições e contextos. Você pode escolher um tipo de letramento para atender a um objetivo, mas não significa que pode transferir esse tipo de letramento para outro contexto. Se você coloca um texto para alguém ler, talvez a pessoa pronuncie algumas palavras, ou entenda a ortografia, ou os significados, as interações sociais, as relações. (STREET, 2010)

Torna-se, nesse sentido, ser fundamental a implantação de propostas voltadas para o emprego social da escrita e da leitura, tendo a preocupação e a necessidade de expandir a prática educadora nos anos iniciais do Ensino Fundamental para um degrau acima no processo do ensino e da aprendizagem da metodologia do ler e do escrever. Para tanto, no entanto, é imperativo compreender os fundamentos teóricos do conceito de letramento.

Deste modo, vamos tentar realizar uma retomada de contribuições teóricas de escritores renomados na América Latina, com a intenção de sistematizar seus principais aportes em relação ao tema em questão.

Não tenho como objetivo geral oferecer uma proposta técnica de letramento, mas sim, fazer reflexões de caráter teórico sobre a procedência, conceituação e as prováveis inclusões entre letramento e o processo de escolarização no Brasil.

2 LETRAMENTO: CONCEITOS E SIGNIFICADOS

A procura por um significado exclusivo para o termo letramento parece ser um tanto complicada, visto que se trata de uma definição ampla e complexa. De acordo com Soares (2009, pag. 64), as

[...] dificuldades e impossibilidades devem-se ao fato de que o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais; o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição.

MORTATTI, por sua vez, garante que

[...] até por ser uma palavra recente, nem sempre são idênticos os significados que lhe vêm sendo atribuídos, assim como os objetivos com que é utilizada a palavra letramento. (MORTATTI, 2004, p. 21).

Citaremos, na sequência, definições que alguns escritores empregam para esse conceito.

Cogitando sobre as concepções de letramento, Tfouni (2010, pag. 20) aconselha que não pode haver o “rebaixamento” do seu significado aos conceitos de alfabetização e a educação formal. Para a autora, o letramento é um processo mais extenso que a alfabetização e

que deve ser envolvido em um processo histórico-sócio-cultural. Tfouni (2010) completa, três laudas a frente, e pauta, deste modo, letramento com o progresso da sociedade. Nesse caminho, a autora comenta que:

O letramento é assinalado como sendo fruto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade emergente da agricultura. Ao mesmo tempo, dentro de uma perspectiva dialética, torna-se um motivo de transformações históricas intensas, como o advento da máquina a vapor, da tipografia, do telescópio, e da sociedade industrial de maneira geral. (TFOUNI, 2010, pag. 23)

O letramento, ainda, agora segundo Kleiman (2008, pág. 18) é entendido como um fenômeno mais vasto e que vai além dos muros da escola. Para ela podemos definir atualmente o letramento como um conjugado de práticas sociais que empregam a escrita como código simbólico e como tecnologia, em contextos característicos, para objetivos característicos. A definição da autora destaca os aspectos sociais e práticos do letramento. Em suas palavras,

As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de

prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita (KLEIMAN, 2008, p. 19).

Na referência anterior, a escritora menciona o fato de que a escola, diante da expectativa do letramento, ressalta somente algumas práticas vinculadas à escrita e ao uso da escrita. Dessa forma, fora do espaço escolar, outros modos e práticas vinculados ao ato de escrever são vivenciados.

Segundo Mortatti (2004, pag. 33), o conceito de letramento se incorpora às especificidades da língua escrita em sociedades cultas. Para esta escritora,

se ‘educação’ é uma palavra bastante utilizada e com significado relativamente conhecido, o mesmo não ocorre com ‘letramento’, de recente introdução em nossa língua e diretamente relacionada com a visibilidade de novos fenômenos e com a constatação de novas formas de compreendê-los e explicá-los.
(MORTATTI, 2004, pag. 35).

Diante desse episódio, o letramento estaria pertinente aos serviços da escrita na referida sociedade culta, denominada grafocêntrica. O letramento, além disso, seria agente influenciador na relação, não exclusivamente dos cidadãos com a sociedade, mas, do mesmo modo, com outros indivíduos.

A autora Soares (2009), mesmo sinalizando a dificuldade de abraçar toda a complexidade do sentido e acepção de letramento em uma única definição, ainda anuncia um conceito para o termo. De acordo com ela, letramento pode ser conceituado como o resultado do ato de ensinar e aprender os aprendizados sociais de leitura e escrita; O grau ou condição que contrai um grupo social ou um cidadão como decorrência de ter-se apropriado da leitura e de suas práticas sócio-culturais (SOARES, 2009, pag. 29).

Deste modo, letramento está voltado para os usos, para as práticas de leitura e de escrita. Ademais, apresenta-se letrado o sujeito ou grupo que desenvolve as capacidades não simplesmente de ler e de escrever, mas sim, de empregar a leitura e a escrita no seu meio social, posto que, para Soares, apenas alfabetizar não assegura a formação de indivíduos letrados.

Para a construção do letramento, é imprescindível que esses indivíduos tenham conveniências de vivenciar condições que abranjam a escrita e a leitura e que possam se colocar em um universo letrado. Conforme Soares (2009, pag. 38), observando realidades de países como o Brasil, a relação com livros, jornais e revistas, não consiste, ainda, em hábito natural e automático, logo, a verdade de alguns contextos aqui no Brasil não coopera para a construção de indivíduos letrados.

Quando se trata do emprego do termo letramento, é relevante destacar que, hoje em dia, existem duas bases teóricas. Nosso intuito não é realizar nenhum tipo de julgamento de valores sobre os dois posicionamentos, e sim, apresentá-las.

Por um ponto de vista, os autores que empreendemos até agora, Soares, Street, Kleiman, Mortatti e Tfouni, adotam uma postura na qual individualizam os processos de alfabetização e letramento e os defendem isoladamente. Por outro ponto, há um posicionamento, comandado por Emilia Ferreiro, que protesta a utilização do termo letramento, haja vista que defende que no contexto de alfabetização estaria incluído o conceito de letramento ou vice versa, ou seja, no contexto de letramento estaria incluído o conceito de alfabetização.

O pensamento de que uma criança distingue os usos da leitura e da escrita em todo seu contexto concreto antes mesmo de ser alfabetizada e que, por essa razão, precisa ser alfabetizada com textos concretos, pode ser identificado como um pensamento relacionado ao letramento. Entretanto, Ferreiro (2002, pág. 29) problematiza a utilização dos dois posicionamentos: alfabetização e letramento.

A uma revista brasileira da área de educação, Emilia Ferreiro respondeu o que, para ela, expressa estar alfabetizado atualmente. Poderemos compreender, através da sua definição de alfabetização, que o contexto de letramento está subentendido. Assim. Ferreiro (2006), disse que, estar alfabetizado atualmente é:

[...] poder transitar com eficiência e sem temor numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita. Ou seja, tratar-se de produzir textos nos suportes que a cultura define como adequados para as diferentes práticas, interpretar textos de variados graus de dificuldade em

virtude de propósitos igualmente variados, buscar e obter diversos tipos de dados em papel ou tela e também, não se pode esquecer, apreciar a beleza e a inteligência de um certo modo de composição, de um certo ordenamento peculiar das palavras que encerra a beleza da obra literária.

Pode-se assegurar que seu conceito de indivíduo alfabetizado abraça um contexto bastante extenso e que compreende o que vem sendo classificado como letramento para faculdades e universidades brasileiras. Nesta direção, Ferreiro recusa-se a aceitar que possam coexistir os dois termos, e argumenta que no contexto de alfabetização estaria incluído o conceito de letramento ou vice versa, ou seja, no contexto de letramento estaria incluído o conceito de alfabetização, como já foi citado anteriormente.

Essa problemática discutida pela autora, contudo, vai além da mera aceitação ou não, do termo letramento. Para ela, a contextualização do letramento está vinculada a uma abordagem sócio-cultural muito mais vasta.

Portanto, o questionamento da escritora é pertinente: porque discorrer sobre letramento e sociedade letrada, se não conseguimos minimizar os altos índices de alfabetização? É relevante grifar que Ferreiro não se abstém em mostrar sua apreensão com o processo de letramento, no entanto, acena para a obrigação que os países subdesenvolvidos têm de se preocuparem, de caráter urgente, com o analfabetismo recorrente. Vejamos as palavras da autora:

Os países pobres não superaram o analfabetismo, os ricos descobriram o *iletrismo*. [...] Iletrismo é o novo nome dado a uma realidade muito simples: a escolaridade básica universal não assegura a prática cotidiana da leitura, nem o gosto de ler, muito menos o prazer da leitura. Ou seja, há países que têm analfabetos (porque não asseguram um mínimo de escolaridade básica a todos seus habitantes) e países que tem iletrados (porque, apesar de terem assegurado esse mínimo de escolaridade básica, não produziram leitores em sentido pleno) (FERREIRO, 2002, pág. 15).

Neste sentido, Emilia Ferreiro garante que a grande necessidade, em se tratando da educação brasileira, seria de oferecer oportunidades de uma escolarização básica para todos, de modo a enfraquecer os altos indicadores de analfabetismo. Ainda para ela, a preocupação com letramento é intrínseca em realidades onde a alfabetização não se estabelece como uma dificuldade, onde a sociedade, de maneira geral, já é quase toda alfabetizada, ou seja, em países do primeiro mundo, segundo designação da escritora.

3 A ESCOLARIZAÇÃO: UM DESAFIO FRENTE ÀS PRÁTICAS DE LETRAMENTO

Uma questão importantíssima, marcada em grande parte das literaturas que discorrem a temática do letramento, traz à tona os debates entre o letramento e a escolarização.

Opostamente ao que se poderia imaginar, essa relação não é inequívoca ou proporcional, ocorre que alguns autores vêm garantindo, de modo inclusivo, que persiste uma “[...] falta de relação correlata entre escolarização e letramento (TFOUNI, 2010, pag. 31)”, haja vista que sujeitos com alto coeficiente de escolarização nem sempre confirmam desenvoltura em “[...] arriscar-se como autor, ou até mesmo como co-autor do seu próprio discurso (TFOUNI, 2010, pág.52)”.

Para meditarmos sobre esses questionamentos, podemos fazer menção às palavras de Soares (2004), que estão expostas no livro “Letramento no Brasil”. Magda Soares, no documento “Letramento e Escolarização”, que faz parte do livro mencionado, perpetra respeitáveis reflexões sobre a temática, algumas as quais destacaremos na sequência.

Soares (2004) oferece duas proposições que não conferem à escola a culpabilidade pela ausência de relação entre escolarização e letramento. No primeiro momento, se previne para uma provável diminuição das capacidades dos usos da escrita e da leitura em detrimento da falta de aprendizado, ou seja, alude que alguns indivíduos poderiam ter-se mostrado com problemas nas avaliações em função da falta de prática, no cotidiano, dessas capacidades, por ausência de oportunidade ou de vontade própria.

No segundo momento, a segunda hipótese, é o de que, em determinados episódios, existe uma enorme lacuna de tempo entre o período da conclusão dos estudos do indivíduo e o momento da avaliação. Ficaria subentendido que o indivíduo não poderia mais estar preparado com a

situação de ser avaliado, assim como, as especificidades trabalhadas pela escola no momento em que conseguiu sua escolarização, poderiam ser diferentes das especificidades analisadas pela avaliação. Soares (2004) sobre essa declaração, reafirma:

[...] “na vida cotidiana, eventos e práticas de letramento surgem em circunstâncias da vida social ou profissional, respondem a necessidades ou interesses pessoais ou grupais, são vividos e interpretados de forma natural, até mesmo espontânea; na escola, eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos predeterminados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividades de avaliação” (SOARES 2004, pag. 106). Mas, lembra do que considera incontestável: “[...] o essencial é que as crianças estejam imersas em um contexto letrado - o que é uma outra designação, que também se costuma chamar de ambiente alfabetizador - e que nesse contexto sejam aproveitadas, de maneira planejada e sistemática, todas as oportunidades para dar continuidade aos processos de alfabetização e letramento que elas já vinham vivenciando antes de chegar à instituição de educação infantil”. (SOARES, 2015, online).

Nessa visão, a autora assegura que reconhece o letramento escolar e o letramento sócio-cultural. E defende que letramento escolar faz referência às aptidões de leitura e de escrita trabalhadas no ambiente escolar. O letramento sócio-cultural, por sua vez, se refere às capacidades exigidas pelos aprendizados sociais (SOARES, 2004, pag. 78).

Deste modo, nem sempre a escola alcançaria desenvolturas impetradas pela sociedade, haja vista que os métodos educativos de letramento, aqueles que o Projeto Político Pedagógico incorpora no currículo da escola, não são similares àqueles do círculo de convivência social. Assim sendo, não seria alarmante a falta de equivalência entre escolarização e letramento, uma vez que as capacidades desenvolvidas na sala de aula se diferenciam das que são estabelecidas no meio social.

Levando em consideração que as metodologias de letramento da escola se divergem das metodologias de letramento no meio social, Magda Soares interroga como poderia ser esclarecida a existência de uma intensa ligação entre letramento e escolarização, como a autora pôde analisar em suas consultas em bases de dados nacionais. Para elucidar essa dúvida, Soares indica a seguinte hipótese:

“A hipótese aqui é, então, que letramento escolar e letramento social, embora situados em diferentes espaços e em diferentes tempos, são parte dos mesmos processos sociais mais amplos, o que explicaria por que experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita proporcionadas pelo processo de escolarização acabam por habilitar os

indivíduos à participação em experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita no contexto social extra-escolar.” (SOARES, 2004, pág. 101).

Dessa maneira, Soares confia que, mesmo se referindo às práticas e fatos de letramento com peculiaridades qualificadas, o letramento escolar e o letramento social completam o todo sendo elementos partícipes de um mesmo processo. Em consequência disso, ela faz uma reflexão: o indivíduo que vivencia aprendizados de letramento escolar, certamente, finda por habituar-se para a experiência de aprendizados que demandem o letramento fora do ambiente escolar, ou seja, o meio social.

CONCLUSÃO

Neste momento final dos trabalhos, é interessante reviver as principais abordagens apresentadas no artigo e, como prometido, tentar compor um conceito particular de letramento, mas que contemple os autores aqui empreendidos e suas principais ponderações e reflexões em relação à essência do título proposto.

A respeito da atribuição do emprego do termo letramento, consideram-se duas contextualizações teóricas. O contexto do pensamento de Emília Ferreiro controverte as investidas das sociedades pobres e privadas, assim ela as denominou, em se ocuparem com o letramento, haja vista que ainda não perceberam a importância do letramento para os processos de alfabetização e escolarização.

Apesar disso, a escritora costuma empregar apenas o termo alfabetização, pois o sentido de letramento está compreendido no conceito que ela formulou sobre alfabetização.

Mais um posicionamento, defendido por autores como Street, Soares, Mortatti, Tfouni e Kleiman aprecia a obrigação do sistema de ensino do Brasil de estabelecer o processo de letramento em contextos consagrados em países da América Latina. Adota alfabetização e letramento como dois processos divergentes, avaliando a alfabetização como um processo singular de obtenção da leitura e escrita e o letramento como um processo mais aberto e extenso, pertinente aos usos da leitura e da escrita por duas vertentes, um único sujeito ou uma coletividade.

Sobre as presumíveis afinidades entre escolarização e letramento, descobrimos distintos posicionamentos. Soares (2004) avalia que, por via de regra, quanto mais extenso e bifurcado for o processo de escolarização, mais preparados serão os indivíduos em episódios que abranjam os usos da leitura e da escrita, haja vista que o letramento dentro da escola e o letramento social são elementos que completam um mesmo processo.

Tfouni (2010) entende que a escolarização não certifica indivíduos que adquiram segurança na autoria ou co-autoria de seus próprios discursos. Mortatti (2004), por sua vez, aprecia a escolarização como um meio determinante para a construção de uma sociedade letrada.

Soares(2004) revela que, para uma pessoa tornar-se letrada, é imprescindível que conviva em um meio rico em circunstâncias que demandem e estimulem as práticas de leitura e escrita.

E, por fim, apesar do letramento deter um conceito extremamente complexo, de difícil compreensão e esclarecimento, mesmo assim, me arrisquei a delinear um conceito exclusivo de letramento a partir dos autores aqui explorados. Não tive a ambição de extenuar o que foi pesquisado, mas, alcançar uma sinopse das abordagens teórico-práticas mais relevantes e interessantes a todos aqueles que se preocupam com o tema e, de maneira especial, aos educadores do ensino básico.

Posso descrever, então, e considerando os autores empreendidos neste trabalho bibliográfico, que “letramento é o fruto do processo de ensino e aprendizagem da escrita e

da leitura e que, não está obrigatoriamente, vinculado à alfabetização”.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília. **Passado e presente dos verbos ler e escrever.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O momento atual é interessante porque põe a escola em crise.** Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, 2006. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/alfabetizacao-inicial/momento-atual-423395.shtml> Acesso em 10 de março de 2015.

KLEIMAN, Angela B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado das Letras, 2008.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento.** São Paulo: UNESP, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização.** In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil.** São Paulo: Global, 2004.

_____. **Alfabetização e letramento na educação infantil.** Disponível em: www.revistapatio.com.br Acesso em 11 de fevereiro de 2015.

STREET, Brian. **Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2011.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2010.